

Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros*

Alexandre Castro[†]

Índice

Introdução	2
1 Teorias do Jornalismo	3
1.1 Questões metodológicas	3
1.2 O surgimento de um campo científico	4
1.2.1 Teoria do Espelho	5
1.2.2 Teoria do Gatekeeper	5
1.2.3 Teoria Organizacional	6
1.2.4 Teoria do Agendamento	6
1.2.5 Instrumentalistas e Definidores Primários	7
1.2.6 Teoria do Newsmaking	7
1.3 Teoria unificadora	8
1.3.1 Teoria Multifactorial da Notícia	9
2 A trajetória brasileira	11

*Trabalho aceito no GP Teorias do Jornalismo do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Fortaleza (CE) de 3 a 7 de setembro de 2012.

[†]Jornalista e professor, graduado em Jornalismo Gráfico e Áudio-Visual (UFRGS), especialista em Pensamento Contemporâneo Século 20 (PUCPR), Master in Business Administration: Estratégia das Organizações (Universidade Positivo), mestrando em Dirección Estratégica (Universidad Europea Miguel de Cervantes, Valladolid, España). E-mail: alexandrecaastro53@gmail.com. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, Joinville, SC.

2.1 Desregulamentação profissional	12
2.2 Área acadêmica	14
2.2.1 Comissão de Especialistas	14
2.2.2 Programas de Pós-Graduação	15
Conclusões	15
Referências bibliográficas	17

Resumo

A trajetória de mais de seis décadas do Brasil no ensino de Jornalismo vem enfrentando, neste início de século, impasses e obstáculos decorrentes tanto da desregulamentação do exercício profissional quanto de divergências na própria área acadêmica. O objetivo deste trabalho é rememorar, sinteticamente, o avanço dos estudos das teorias do Jornalismo em diversos países – avanço em que se pode estar assistindo inclusive ao surgimento de um primeiro paradigma, com a Teoria Multifactorial da Notícia, do pesquisador português Jorge Pedro Sousa –, em contraponto às dificuldades hoje enfrentadas pela academia brasileira.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo, produção de notícias, questões profissionais e acadêmicas.

Introdução

ENQUANTO em numerosos países do hemisfério norte ocidental os últimos 50 anos foram marcados pelo acelerado desenvolvimento de estudos sobre o Jornalismo como campo específico do conhecimento científico, este início da segunda década do século XXI encontra o Brasil imerso em retrocessos e impasses que comprometem as próprias conquistas do Jornalismo como profissão autônoma. A trajetória ascendente de regulamentação da profissão e desenvolvimento da área acadêmica, que se verificou no Brasil nas três últimas décadas do século passado, foi abalada tanto pela decretação judicial do fim da obrigatoriedade de diploma em curso superior específico para o exercício da profissão de Jornalista, quanto por divergências dentro da área acadêmica em relação ao próprio campo reservado aos estudos jornalísticos.

O presente trabalho tem o objetivo de, numa primeira etapa, sintetizar alguns dos principais estudos que, em nível internacional, propiciaram o desenvolvimento do Jornalismo como um campo específico

do conhecimento científico, e que, a nosso ver, culminam até o momento com a proposta do pesquisador português Jorge Pedro Sousa de uma Teoria Multifactorial da Notícia, que pode ser considerada o primeiro paradigma das Teorias do Jornalismo. Na segunda seção, será sintetizada a trajetória brasileira no Jornalismo – nas áreas profissional e acadêmica –, ascendente até o final do século passado, e desde então desafiada por litígios judiciais e embates intelectuais. Na parte final, serão apresentados comentários, à guisa de conclusão, seguindo-se as referências bibliográficas.

1 Teorias do Jornalismo

Nesta seção, faremos um rápido voo panorâmico sobre algumas das principais teorias do Jornalismo que, surgidas desde meados do século retrasado, vêm desenvolvendo os estudos jornalísticos como campo específico do conhecimento científico. Nossa intenção não é aprofundar o debate sobre essas teorias, mas, apenas, ressaltar a proliferação de estudos e a crescente importância que o campo vem adquirindo no plano acadêmico internacional.

1.1 Questões metodológicas

A busca do estabelecimento de teorias científicas na área humanística enfrenta dificuldades distintas das da área de ciências exatas. Kerlinger (1975) define teoria científica como um conjunto de conceitos, definições e proposições relacionadas entre si, que apresentam um ponto de vista sistemático de fenômenos, especificando relações entre variáveis, com o propósito de explicar e *predizer* os fenômenos. Também Black e Champion (1976) ressaltam que as teorias científicas são um conjunto de proposições relacionadas sistematicamente, que especificam *relações causais* entre variáveis.

Diante de tais definições, e tantas outras de teor semelhante que predominam nos estudos da área, as ciências exatas e naturais, para as quais é apropriado o método empírico-positivo, encontram mais facilidade de demonstrar a sua *cientificidade* que as ciências humanas e sociais, para as quais é inerente o método hermenêutico-interpretativo. (Velasco e Villa, 2011).

O quadro abaixo sintetiza as diferenças entre os métodos:

CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MÉTODO EMPÍRICO-POSITIVO	HERMENÊUTICO-INTERPRETATIVO
Causa e efeito, mecânico	Reconstrução do sentido
Repetível, demonstrável, previsível, controlável	Liberdade, singularidade de cada ser humano
Variáveis limitadas	Variáveis ilimitadas
Quantitativo	Qualitativo
Explicativo	Interpretativo
Experiência externa	Experiência interna
Objetividade do pesquisador	Subjetividade do observador
Neutralidade, impessoalidade	Participação inevitável
Técnicas	Ações humanas

Fonte: Castro (2012) – Compilação de diversos autores

Em síntese, o paradigma positivista pretende descrever e explicar detalhadamente um fenômeno para poder *repeti-lo e controlá-lo*, enquanto o paradigma interpretativo busca descobrir o sentido de algo que não podemos controlar, mas sim *aprofundar em sua compreensão*. (Velasco e Villa, 2011).

O fato de os fenômenos abordados pelas ciências humanas não poderem, como regra, ser previstos, controlados e repetidos, tem contribuído para a própria dificuldade de aceitação das teorias do Jornalismo como campo específico do conhecimento científico.

1.2 O surgimento de um campo científico

Desde que surgiram, em meados do século XIX, aqueles que são considerados os primeiros estudos sistemáticos e teóricos sobre a natureza do Jornalismo, três perguntas são colocadas como centrais: 1) o que são notícias?; 2) por que as notícias são como são?; e 3) quais são os efeitos da notícias? (Diversos autores consideram que as perguntas 1 e 2 podem ser unidas; assim, as perguntas centrais seriam apenas duas).

1.2.1 Teoria do Espelho

A mais antiga das teorias do Jornalismo é a *Teoria do Espelho*, desenvolvida a partir dos anos 1850. Ela surgiu no contexto das profundas mudanças que se processavam na imprensa dos Estados Unidos (Pena, 2010), com o desenvolvimento de uma rentável indústria noticiosa de massas. Em contraponto ao anterior jornalismo literário, ideológico, partidário, panfletário, sensacionalista, surgiam novos profissionais que sustentavam ser a imprensa o espelho do real, serem as notícias o que são por refletirem a realidade.

O jornalista seria um mediador desinteressado, um observador isento, imparcial, que descreveria objetivamente os fatos. O princípio básico seria a separação de fatos e opiniões. Pregava-se que a palavra poderia refletir a realidade, assim como a fotografia, recém inventada. O Jornalismo usaria métodos científicos que evitariam a subjetividade.

“O meu trabalho é comunicar fatos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os fatos, sejam eles quais forem”, afirmava, por exemplo, em 1856, o correspondente em Washington da agência noticiosa Associated Press (Read, 1976: 108, in Traquina, 2005: 147-148).

Nas décadas de 1920 e 1930, estes princípios voltaram a ganhar força nos Estados Unidos, especialmente a partir do lançamento de um livro que se tornaria célebre, *Opinião Pública*, do jornalista Walter Lippmann (1922). Tratava-se do reforço da pregação do uso de métodos científicos contra a subjetividade na profissão, para fazer frente às distorções factuais verificadas na cobertura da Primeira Guerra Mundial.

1.2.2 Teoria do Gatekeeper

Um século depois da Teoria do Espelho, surgiu a *Teoria do Gatekeeper*, com a publicação, também nos Estados Unidos, do estudo de David Manning White (1950). Ele observou o trabalho de um jornalista de meia idade – a quem chamou de “Mr Gates” –, com larga experiência profissional, responsável num jornal de médio porte pela seleção dos despachos provenientes das agências noticiosas.

White concluiu que este jornalista *gatekeeper*, porteiro, tinha justamente o poder pessoal de decidir o que seria ou não notícia, ou seja, o que seria ou não publicado. Ele usaria, para essas escolhas, unicamente

os seus próprios juízos de valor, seu conjunto de experiências, atitudes e expectativas (Traquina, 2005). Para ser divulgada, a informação candidata a notícia teria que passar pelos filtros subjetivos e arbitrários do gatekeeper, pelo poder individual do jornalista.

1.2.3 Teoria Organizacional

Não demorou muito, porém, para surgirem novas visões e se contraporem à Teoria do Gatekeeper. Ainda na mesma década, Breed (1955) lançaria a *Teoria Organizacional*. Por ela, muito ao contrário de ter um imenso poder pessoal, o jornalista é levado ao conformismo no interior das empresas. O Jornalismo é visto como um negócio, que está organizado de modo empresarial e, como tal, visa o lucro. Na analogia de Pena (2010) para descrever a teoria, assim como o produto de uma pizzaria são pizzas, o produto de uma empresa jornalística são notícias.

Nesse contexto, o jornalista adapta-se à política editorial da organização por meio de uma lógica sutil e nem sempre explícita de recompensas e punições. As normas editoriais passam a ser mais importantes do que as crenças individuais. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais do jornalista não é o público, mas o grupo de referências constituído por seus superiores e colegas.

1.2.4 Teoria do Agendamento

Quase duas décadas depois, e ainda nos Estados Unidos, toma corpo, a partir dos trabalhos de McCombs e Shaw (1972), a *Teoria do Agendamento*, ou *Agenda Setting*. Por essa teoria, o público tende a considerar os assuntos veiculados na mídia como os mais importantes, “agendando” as suas conversas por eles. A mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos. (Pena, 2010).

As pessoas, ainda de acordo com a Agenda Setting, têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. A mídia ajuda a estruturar no público a imagem da realidade social, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas.

1.2.5 Instrumentalistas e Definidores Primários

No turbilhão de estudos sobre o Jornalismo surgidos especialmente a partir da década de 1970, encontram-se ainda – entre várias outras – a *Teoria Instrumentalista*, segundo a qual as notícias seriam produzidas de maneira parcial, para servir objetivamente a determinados interesses políticos. (Traquina, 2005). Aceitando implicitamente a Teoria do Espelho, de que a realidade pode ser reproduzida, ela apontava, todavia, distorções e parcialidade.

Os instrumentalistas dividiam-se em duas correntes teóricas: a de viés direitista, que considerava os jornalistas uma classe social distinta, anticapitalista, empenhada em distorcer as notícias para difundir sua ideologia; e a de viés esquerdista, que sustentava serem os jornalistas oprimidos nas empresas, pressionados a reproduzir os valores capitalistas como consumo desenfreado, competição, individualismo, privatização.

De um modo ou de outro, as notícias seriam sempre parciais.

Como a Teoria Instrumentalista, a *Teoria dos Definidores Primários* (Pena, 2010) considera que as notícias são distorcidas, mas não por propósito dos jornalistas ou dos proprietários dos veículos. As notícias não refletiriam a realidade porque a realidade seria distorcida pelas próprias fontes entrevistadas pelos jornalistas – os “definidores primários”, que distorceriam os fatos a seu favor.

1.2.6 Teoria do Newsmaking

Bastante atual, a *Teoria do Newsmaking* tem, entre seus principais sistematizadores, professores dos dois lados do Atlântico, como o italiano Mauro Wolf (2010), o português Nelson Traquina (2001, 2005, 2008) e a estadunidense Gaye Tuchman (1978).

Por esta visão, o Jornalismo “está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção de uma suposta realidade” (Pena, 2010: 128). A produção da notícia, embora possa parecer um processo simples, precisa ser planejada como uma rotina industrial.

A execução do trabalho é dividida entre pauteiros, repórteres, redatores, editores, diretores e outros agentes da redação, e os critérios sobre o que é notícia e seu destaque são negociados por todos os atores

do processo produtivo. Assim, fica minimizado o suposto paradigma de “manipulação da notícia”.

Nesse contexto, o jornalista nem tem o nível de poder individual que lhe é atribuído pela Teoria do Gatekeeper, nem é tão subjugado dentro da redação quanto entende a Teoria Organizacional. A notícia em seu estado final seria resultado da negociação entre vários, de certa forma, gatekeepers, que, a despeito de suas inevitáveis subjetividades individuais, atuariam com base em critérios profissionais de noticiabilidade.

Tais critérios variam conforme os autores, mas, entre os mais comumente citados, encontram-se: grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no fato; impacto sobre a nação e o interesse nacional; proximidade do acontecimento; quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; novidade; inesperado; personalização; infração; feitos excepcionais; interesse público, etc.

1.3 Teoria unificadora

Nenhuma dessas teorias foi capaz de, sozinha, alcançar consenso entre os estudiosos como sendo capaz de responder às perguntas centrais sobre a natureza científica do Jornalismo: 1) o que são notícias?; 2) por que as notícias são como são?; e 3) quais são os efeitos das notícias?

Nesse sentido, tais teorias podem ser vistas como *modelos*, que, por sua vez, diferenciam-se de *paradigmas*.

Vellasco e Villa (2011) definem modelos científicos como o resultado da perspectiva ou enfoque com que os diferentes autores contemplam determinada realidade estudada. *Não abrangem o todo, mas só um aspecto do objeto em estudo.*

Assim, não tendo um *caráter totalizador*, mas sim sendo *essencialmente incompletos*, os modelos devem sempre procurar uma forma de completar-se e enriquecer-se graças a perspectivas diferentes. Portanto, *podem e devem coexistir* para uma melhor visão do objeto estudado.

Nessa perspectiva, as numerosas teorias do Jornalismo, surgidas desde meados do século XIX, são *modelos* que focam parcialmente, cada qual, um aspecto do fenômeno jornalístico global. Desta forma, a Teoria do Gatekeeper, por exemplo, enfatizaria – não importa que o fazendo exageradamente – a influência pessoal do jornalista sobre o que será noticiado. A Teoria Organizacional daria ênfase à força da engre-

nagem empresarial, que em muitas circunstâncias de fato restringe significativamente as margens de influência individual do jornalista sobre a linha editorial. A Teoria dos Definidores Primários destacaria a importância, muitas vezes central, das fontes dos jornalistas sobre o resultado final dos noticiários – e assim por diante.

Já os *paradigmas*, tendo como marco a definição basilar de Kuhn (1975), representam a *explicação global de determinado fenômeno*, aceita ao menos temporariamente pela comunidade científica. É apenas quando um paradigma passa a ser contestado e entra em crise que é substituído por outro paradigma, sendo assim que se produzem as revoluções científicas.

É nesta perspectiva que a Teoria Multifactorial da Notícia – formulada pelo professor Jorge Pedro Sousa (2002, 2004) e que apresentaremos no próximo segmento – pode ser considerada o primeiro *paradigma* das teorias do Jornalismo.

1.3.1 Teoria Multifactorial da Notícia

Observando que seus estudos beneficiaram-se de trabalhos anteriores de pesquisadores como Michael Schudson, Pamela Shoemaker e Stephen Reese, Sousa destaca, já na abertura de sua Teoria Multifactorial da Notícia (2004) que

“À semelhança das ciências exactas e naturais, as ciências humanas e sociais devem procurar agregar os dados dispersos fornecidos pela pesquisa em teorias integradoras, entendidas como explicações integradas para fenómenos comprovadamente correlacionados, susceptíveis de explicar determinados fenómenos com bases em leis gerais predictivas, mesmo que probabilísticas.” (Sousa, 2004: 2)

Para Sousa, a teoria da notícia deve ser *traduzível matematicamente* e “deve atentar no que une e é constante e não no que é acidental. Isto significa que o enunciado da teoria deve ser contido, explícito e *aplicável a toda e qualquer notícia que se tenha feito ou venha a fazer*” (Sousa, 2004: 3) (grifo nosso).

Em seus estudos integradores sobre *o que são as notícias e por que as notícias são como são*, o autor concluiu que

“A notícia jornalística é o produto da interacção histórica e presente (sincrética) de forças pessoais, sociais (organizacionais e extraorganizacionais), ideológicas, culturais, históricas, dos meios físicos e dos dispositivos tecnológicos que intervêm na sua produção e através dos quais difundidas.” (Sousa, 2004: 16).

Em relação à questão *quais os efeitos que as notícias geram?*, Sousa afirma: “as notícias têm efeitos cognitivos, afectivos e comportamentais sobre as pessoas e, através delas, sobre as sociedades, as culturais e as civilizações”. (Sousa, 2004: 16).

Com base nesses raciocínios, em seu trabalho pioneiro de 2002, o pesquisador português construiu duas fórmulas. A primeira, em que Notícia (N) é Função (F) de várias forças:

$$N = F (Fp.Fso.Fseo.Fi.Fc.Fh.Fmf.Fdt)$$

Fp = força pessoal

Fso = força social

Fseo = força social extraorganizacional

Fi = força ideológica

Fc = força cultural

Fh = força histórica

Fmf = força do meio físico

Fdt = força dos dispositivos tecnológicos

E a segunda, em que Efeitos da Notícia (En) são Função (F) de diversas variáveis:

$$En = F (Nf.Nc.P.Cm.Cf.Cs.Ci.Cc.Ch)$$

Nf = formato da notícia

Nc = conteúdo da notícia

P = pessoa

Cm = circunstância: meio de difusão da notícia

Cf = circunstância: condições físicas de recepção da notícia

Cs = circunstância: sociedade

Ci = circunstância: ideologia

Cc = circunstância: cultura

Ch = circunstância: história

(Obs: em seu trabalho posterior, de 2004, o autor dividiu esta segunda fórmula em duas, sem, todavia, alterar-lhe o conteúdo).

Em suas conclusões, Jorge Pedro Sousa afirma estar convencido de que “é tarefa dos estudiosos do Jornalismo construir uma explicação unificada para as notícias” (Sousa, 2004: 42), e que os estudos jornalísticos nas últimas décadas foram de tal forma férteis “que já nos deram matéria-prima suficiente para edificarmos essa explicação unificada de forma simples, breve e clara, como acontece em qualquer teoria científica, independentemente da complexidade da fundamentação da mesma.” (Idem).

Enfatiza, ainda, que “é possível explicar qualquer notícia em função da interação dessas forças e prever que qualquer notícia que venha a ser enunciada e fabricada dentro do sistema jornalístico resultará igualmente da interação dessas forças.” (Idem, *ibidem*)

E encerra seu trabalho praticamente em tom de desafio: “consideramos provado que essas forças têm de estruturar uma teoria unificada do Jornalismo. Quando uma notícia vier a contradizer a teoria, será, então, altura de rever a teoria e, eventualmente, de a substituir.”

2 A trajetória brasileira

O Brasil tem uma longa trajetória de mais de seis décadas no ensino e nas pesquisas sobre Jornalismo. Desde os princípios do século passado, com as primeiras reivindicações de uma escola para a formação de repórteres feitas pelo fundador da Associação Brasileira de Imprensa, Gustavo de Lacerda; passando pelo breve funcionamento – frustrado pela ditadura Vargas – do primeiro curso de Jornalismo do país fundado por Anísio Teixeira, em 1935; e pelo início das primeiras escolas autorizadas, em São Paulo, em 1947, e no Rio de Janeiro, no ano seguinte, o Brasil vem acumulando experiências consideradas ímpares no mundo.

(Comissão de Especialistas, 2009: 8). Tal experiência mescla, de maneira singular, o padrão europeu, de estudos predominantemente teóricos, e o padrão estadunidense, predominantemente prático. (Idem).

Especificamente na questão das teorias do Jornalismo, como destaca Meditsch (In: Traquina, 2005: 11-12), uma disciplina própria só veio a ser introduzida na academia em meados da década de 1980, de modo mais ou menos simultâneo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas foi somente na virada do século, ainda na descrição de Meditsch, “que a Teoria do Jornalismo começou a ser conhecida e adotada por parte significativa dos cursos de jornalismo do Brasil, já então contados às centenas”. (Idem, p. 12). Foi decisivo para isso, acrescenta, o fato de a matéria ter sido incluída pelo MEC como obrigatória nos cursos de graduação, por exigência do Exame Nacional de Cursos.

Nesse período, apesar de curto – inferior a três décadas – surgiram no Brasil notáveis professores e pesquisadores.

Todavia, a área jornalística como um todo, no País, encontra-se, já nesta segunda década do século XXI, enfrentando obstáculos e impasses. Embora, é verdade, sem bloquear a realização de novos estudos e o lançamento de importantes publicações, tais dificuldades evidenciam-se tanto na área legal – com a decisão do Supremo Tribunal Federal de extinguir a obrigatoriedade de curso superior específico para o exercício da profissão de jornalista –, quanto na área acadêmica, com profundos desentendimentos de seus pesquisadores a respeito do próprio espaço a ser ocupado pelo Jornalismo.

2.1 Desregulamentação profissional

Desligando o que parecia ser o último botão de uma longa agonia da obrigatoriedade de diploma de curso superior específico para o exercício da profissão de jornalista, o Supremo Tribunal Federal deu o seu veredito dia 17 de junho de 2009, acolhendo as arguições de inconstitucionalidade levantadas pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo e pelo Ministério Público Federal, e contrapostas pela Federação Nacional dos Jornalistas. A obrigatoriedade, de fato, começara a extinguir-se vários anos antes, quando, em 2001, a 16ª Vara Federal de São Paulo a suspendera, em caráter liminar, para a obtenção

de registro profissional. Depois disso, foram vitórias e derrotas de um lado e de outro até o julgamento em instância final.

Em seu voto no plenário do STF, relatando a matéria, o ministro Gilmar Mendes chegou a ir além dos argumentos técnicos. Comparando a profissão de jornalista com a de chefe de cozinha, ele afirmou: “um excelente chefe de cozinha poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima estarmos a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área.” (O Portal de Notícias da Globo, [Globo](#), 17/06/2009, 21h24).

A advogada do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo, Taís Gasparian, também falando no julgamento, argumentou que a exigência do diploma feria a Constituição, pois esta garante a todos liberdade de expressão e pensamento. Além disso, segundo ela, o Jornalismo é uma profissão que não depende de qualificação técnica específica. (Idem).

Derrubada por oito votos contra um, a obrigatoriedade do diploma teve no ministro Marco Aurélio Mello seu isolado defensor. “O jornalista deve ter uma formação básica que viabilize sua atividade profissional, que repercuta na vida do cidadão em geral”, argumentou.” (Idem, *ibidem*).

Mesmo com a decisão do STF, todavia, a questão ainda não ficou encerrada. Se o principal argumento contra a obrigatoriedade do diploma era o da inconstitucionalidade, mude-se a Constituição. Assim pensou o senador Antonio Carlos Valladares (PSB-SE), e decidiu apresentar à Casa uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) justamente estabelecendo a exigência do diploma de curso superior específico como requisito para o exercício da profissão de jornalista.

No dia 30 de novembro de 2011, portanto mais de dois anos depois da decisão do STF, o Senado colocou a PEC em votação em plenário, sendo ela aprovada em primeiro turno por 65 votos contra sete.

A proposta terá que passar ainda por um segundo turno de votação – que não tem data prevista para ocorrer – e, se for confirmada, irá à Câmara dos Deputados. Lá, será submetida novamente a um primeiro turno de votação e, se aprovada, a um segundo turno. Nesse caminho, caso seja aprovada, mas com alguma modificação, terá de voltar ao Se-

nado para nova apreciação. (O Portal de Notícias da Globo, [Globo](#), 30/11/2011, 18h40).

2.2 Área acadêmica

Pressionada a rever seus rumos, em razão das incertezas provocadas pelos vários anos de litígios legais sobre a desregulamentação profissional – e sobre como ela poderia atingir os cursos de Jornalismo –, a área acadêmica brasileira encontra-se envolvida em profundos embates a respeito do próprio campo científico a ser ocupado pela Comunicação Social. Isso se evidencia, por exemplo, em documentos publicamente divulgados, de um lado, pela Comissão de Especialistas que preparou para o Governo Federal sugestões de novas diretrizes curriculares para os cursos de Jornalismo, e, de outro, pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós).

2.2.1 Comissão de Especialistas

Em fevereiro de 2009, o Ministério da Educação formou uma Comissão de Especialistas para estudar e propor novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo. Sob a presidência do professor José Marques de Melo, a Comissão apresentou seu relatório opondo-se enfaticamente ao atual sistema do MEC, no qual existe um “curso de Comunicação Social”, com diversas “habilitações”, entre elas Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, etc.

Para a Comissão, não existe, genericamente, um “curso de Comunicação Social” – de vez que Comunicação Social é um campo, não um curso –, da mesma forma que não existe um “curso de Saúde”, que também é um campo, com “habilitações” em Medicina, Enfermagem, Odontologia, etc.

O Jornalismo, enfatiza o relatório da Comissão de Especialistas (2009: 9), é uma profissão “reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões.”

Implantado durante o regime militar, em 1969, e mantido mesmo pelos seguintes governos democráticos, o atual sistema de “habilitações”

causa profundas distorções às necessidades específicas de formação dos acadêmicos de Jornalismo, aponta o relatório da Comissão.

2.2.2 Programas de Pós-Graduação

Com igual ênfase, mas em sentido exatamente oposto, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) lançou documento contestando as posições da Comissão de Especialistas. Após reunião dirigida por sua presidente, professora Itania Maria Mota Gomes, a Compós asseverou, por seu documento, que a Comissão de Especialistas “contrapõe o Jornalismo e a Comunicação. A argumentação do texto deixa entrever uma perspectiva ‘separatista’ que em nenhum sentido contribui com a formação do jornalista ou com a consolidação da área no Brasil”. (2009: 2).

A Associação declarou-se preocupada com “a atomização do campo comunicacional”, e suas consequências “para a formação do aluno de Comunicação e para o Jornalismo, para a formação para a docência e para a pesquisa.” (2009: 1).

Ainda frisando seu posicionamento oposto ao da Comissão de Especialistas, a Compós afirmou que “a relação entre Jornalismo, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas e o contexto contemporâneo prevê ou favorece o comunicador polivalente”. (2009: 2).

Sustentou não ser possível “dizer que ninguém trabalha com ‘comunicação’, mas com ‘jornalismo’, ou ‘publicidade’, ou cinema”, e asseverou: “parece-nos que ocorre justamente o contrário: trabalhamos hoje com comunicação em um sentido integrado, muito mais do que dentro de fronteiras habilitacionais específicas.” (2009: 4).

Enquanto os representantes da academia não chegam a um consenso, o projeto de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da área de Jornalismo jaz nos gabinetes da, inclusive, já nova gestão do Ministério da Educação.

Conclusões

Desde os primórdios dos estudos sobre a natureza do Jornalismo profissional, em meados do século retrasado, e sua aceleração especialmente

a partir da década de 1950, evoluiu substancialmente a conceituação do Jornalismo como área específica do conhecimento científico.

Essa evolução evidenciou-se no surgimento de diversas teorias que, podendo também ser consideradas *modelos*, foram crescentemente enriquecendo o entendimento de diversos *ângulos* do fenômeno jornalístico. Nenhuma das teorias, ou modelos, todavia, deu conta até o fim do século passado de explicar o fenômeno em sua *totalidade*.

Na busca dessa explicação integral, no início dos anos 2000, foi lançada a Teoria Multifactorial da Notícia, sustentando já haver conhecimento acumulado suficiente para a formulação de uma teoria unificadora do Jornalismo, em termos *matemáticos* e, inclusive, *predictivos*, a pleno exemplo das ciências exatas e naturais. Por seu caráter *globalizador*, aglutinando os diversos *modelos*, tal proposta pode ser considerada, a nosso ver, o primeiro *paradigma* das Teorias do Jornalismo.

O Brasil construiu, paralelamente, a sua própria história nos estudos jornalísticos. Suas primeiras escolas de Jornalismo só vieram a ser autorizadas pelo Governo no final da década de 1940, e a criação de disciplinas específicas de Teorias do Jornalismo só começou a ganhar impulso a partir de meados da década de 1980.

De todo o modo, as três últimas décadas do século passado, em especial, registraram uma trajetória ascendente e acelerada do País nesta área – e que se destacou também por um nascente intercâmbio internacional.

Todavia, a partir do início dos anos 2000 passaram a surgir obstáculos e impasses inesperados. Por um lado, a regulamentação do exercício da profissão de jornalista – que havia custado décadas para ser conquistada – foi posta em questão justamente logo após a redemocratização do País. A desregulamentação, afinal levada a cabo, trouxe não apenas insegurança, como consequências ainda não inteiramente dimensionadas aos cursos de Jornalismo.

De outra parte, o desequilíbrio da desregulamentação surgiu justamente num momento em que a academia já se via às voltas com o gigantesco desafio de repensar o espaço e as próprias funções do Jornalismo num mundo tomado por novas mídias cujas possibilidades estão ainda longe de serem totalmente apreendidas.

O objetivo deste trabalho foi o de rememorar, mesmo que apenas pontualmente, a riquíssima história da evolução mundial dos estudos

que buscam tornar o Jornalismo, definitivamente, um campo próprio do conhecimento científico, e, com essa lembrança, chamar a atenção para os impasses e obstáculos que a área do Jornalismo atravessa hoje no Brasil – e que precisa superar para dar continuidade à sua trajetória.

Referências bibliográficas

- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. (2009). *Posicionamento sobre a proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo*. Salvador: Compós.
- Black, J. & Champion, D. (1976). *Methods and issues in social research*. New York: John Wiley & Sons.
- Breed, W. (1993). “Controle social na redação: uma análise funcional”, in: Traquina, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja.
- Comissão de Especialistas. (2009). *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo*. Brasília: MEC.
- Kerlinger, F. (1975). *Investigación del comportamiento: técnicas y metodología*. México: Nueva Editorial Interamericana.
- Kuhn, T. (1975). *La estrutura de las revoluciones científicas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. New York: Free Press.
- Pena, F. (2010). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- O Portal de Notícias da Globo. (2009). *STF derruba exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista*. [Globo](#), 17/06/2009, 21h24.
- _____. (2011). *Senado aprova em primeiro turno exigência de diploma para jornalista*. [Globo](#), 30/11/2011, 18h40.
- Sousa, J. (2002). *Construindo uma teoria do jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Biblioteca OnLine de Ciências da Comunicação. [BOCC](#).

_____. (2004). *Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Biblioteca OnLine de Ciências da Comunicação. [BOCC](#).

Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja.

_____. (2005). *Teorias do Jornalismo. Volume I. Por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

_____. (2008). *Teorias do Jornalismo. Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.

Velasco, C. & Villa, S. (2011). *Metodologia da Pesquisa Científica*. Florianópolis: Fundação Universitária Iberoamericana.

White, D. (1993). “O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias”, in: Traquina, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja.

Wolf, M. (2010). *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia complementar consultada

Meditsch, E. (1997). *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*, Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão, Portugal.

Melo, J. (2009). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Paulus.

_____. (2000). *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva.

_____. (2002). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

_____. (2008). *Os estudos jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Biblioteca OnLine de Ciências da Comunicação. [BOCC](#).

Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.